

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O ESTADO DE S. PAULO Class.: 937
 Data 17/09/85 Pg.: _____

190

Vida nova para a Funai

Dos 58 bilhões de cruzeiros destinados à Funai, neste 1985, somente a quarta parte beneficiou diretamente os grupos indígenas. Todo o restante se destina a manter a pesada estrutura da fundação, que emprega, em todo o País, nada menos de três mil funcionários — os quais, a partir de setembro corrente, compõem uma folha de pagamentos da ordem de dez bilhões de cruzeiros mensais. Nessa folha, aliás, há 20% de supostos índios. Ou de ex-índios. Registre-se que estes, pela legislação vigente, se tornam civilizados desde que não possuam *características culturais que os distingam da sociedade nacional*. Daí serem índios apenas no aspecto físico. É impossível impedir que fique no ar a suspeita de que hajam sido admitidos na Funai não tanto por sua capacidade funcional como pela execução de uma política demagógica de *aproximação* com reduzidos contingentes de silvícolas, dando ensejo a uma tentativa de tornar o poder público *popular* não só perante esses contingentes, mas também perante quantos atuem como *empresários* de índios — hábeis em passar por protetores deles para, desempenhando tal papel, granjear notoriedade em setores bem conhecidos da *inteligentzia* e perante o público em geral.

Há muitas distorções mais a justificar este comentário. No orçamento para este ano (as verbas foram consumidas em quatro meses), a Assessoria de Estudos e Pes-

quisas da fundação foi contemplada com apenas 30 milhões para levar adiante seus programas. A delegacia da Funai em Manaus, respondendo pelo atendimento de 84 mil índios, dispôs de um orçamento de 800 milhões de cruzeiros. Mas nada menos de 500 milhões foram liberados para a construção de uma aldeia nova, destinada a abrigar 300 txucarramães, liderados pelo poderoso cacique Raoni, no Xingu. Acumula-se o desvio de verbas, graças à reprogramação de aplicações, elaborada sempre em detrimento dos silvícolas. A sucessão na Funai determinou uma verdadeira avalanche deles sobre Brasília; e com isso foram consumidos recursos nada insignificantes. Apesar de tudo o que se pagou, a fundação ainda deve na praça quase nove bilhões de cruzeiros. É pois o quadro descrito de todo incompreensível. Não se gasta pouco dinheiro na Funai: gasta-se mal. O numerário tomado ao contribuinte, *na marra*, acaba sendo desperdiçado; em quase nada beneficia de fato os índios, perde-se nos desvãos de uma burocracia que sustenta sinecuras, emperrada, ineficiente.

É tempo, então, de mudar esse jogo perdulário. Mergulhou-se a Funai em práticas de uma política-gem deletéria, que precisa ser sustada sem demora. Há que enquadrar a problemática indígena numa visão realista, apta a equacioná-la corretamente e permitir que se caminhe no rumo de soluções

válidas. Como em muita coisa mais, cumpre ao governo recorrer à autoridade que usa com tanta parcimônia, fazer-se respeitar, limpar a Funai dos vícios de funcionamento de que se ressentiu, dotando-a de uma estrutura de trabalho ágil, dinâmica e barata — canalizando para benefícios reais aos silvícolas as verbas atribuídas à fundação.

Nessa utilização de autoridade se inclui ainda a conveniência de tomar providências fadadas a impor disciplina a fim de impedir abusos como os que vêm ocorrendo com frequência cada vez maior. Índios rebelados, açulados por demagogos profissionais, detêm como reféns funcionários da fundação, pelo tempo que lhes aprouver; esbordoam o delegado, em Londrina, para protestar contra a nomeação do novo presidente, que pretendem desalojar. Parece que o objetivo de tudo é substituí-lo por algum *cupincha* dos *empresários* mencionados, fáceis de encontrar entre sociólogos que transpiram marxismo, padres *progressistas*, antropólogos de esquerda, os quais não veriam com lágrimas nos olhos a instalação do caos suscetível de reduzir a escombros a estrutura social. No meio da confusão que se procura formar, os índios entram como mero instrumento capaz de propiciar o advento de descontentamentos, confusões, rixas e delírios diversos.

Val mal a Funai? É dever dos titulares do poder colocá-la em or-

dem, adequar-lhe o trabalho à realização dos objetivos para os quais foi instituída, extrair dela a soma de benefícios que comporta. O que não se pode é tolerar que seja transformada em cabide de empregos e passe a ser manipulada pelos aproveitadores de índios, agindo à socapa. O novo presidente da fundação, Álvaro Villas Boas, não desconhece os percalços que lhe estão reservados. Acusado de ser autoritário, retruca: "Autoritárias são as pessoas que nos últimos anos se apossaram da Funai, promovendo uma verdadeira indústria do índio". Ele sabe que os silvícolas que vivem "em estado de contestação" e o cercam na fundação, fazendo "todo tipo de reivindicação", constituem, se tanto, 10% dos que integram os grupos indígenas existentes no País. Pois bem, é para a massa dos 90% restantes que deverá orientar o esforço de sua administração, que todos os brasileiros patriotas e conscientes querem ver bem-sucedida — e, antes de tudo, prestigiada pelo governo, que há de ser o primeiro a querer vê-la animada por nova vida. "Dói-me saber que, enquanto se gastam milhões de cruzeiros para hospedar índios em Brasília, falta merenda escolar nas aldeias, faltam veículos e escolas", diz Villas Boas. Quem, de boa fé, se levantará para contradizê-lo? Ele sabe do que fala; e, falando, faz adversários e inimigos, que não vale a pena subestimar, mas é indispensável desbaratar.